

ANEXO II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA

“Superintendência de Compras e Licitações”

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

PROCESSO Nº 23205.001264/2018-17

A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFS, com sede na Avenida Fernando Machado, nº 108 E, Bairro Centro, CEP: 89.802-112, Chapecó/SC, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.234.780/0001-50, neste ato representada pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura PÉRICLES LUIZ BRUSTOLIN, nomeado pela Portaria nº 209/GR/UFS/2013 de 12 de Março de 2013, publicada no D.O.U de 12 de Março de 2013, inscrito no CPF nº 950.605.969-15, portador da carteira de identidade nº 2997109 - SSP/SC, doravante denominada simplesmente UFS, e _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, na Cidade de _____, doravante designada simplesmente AUTORIZADA, neste ato representada pelo Sr(a). _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pela _____ e CPF nº _____, tendo em vista o que consta no Processo nº 23205.001264/2018-17, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2018, e seus ANEXOS, firmam o presente Termo de Autorização de Uso nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo a Autorização de Uso onerosa, a título precário, de (xx) xxx espaço(s) físico(s), medindo xx (xxxx) m², localizado junto ao campi (xxxxx) ou reitoria da Universidade Federal da Fronteira Sul, destinados à exploração e operação comercial de máquina(s) automática(s) do tipo **“Vending Machines”** na categoria XXXXX, de acordo com as condições e especificações indicadas no Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2018 e na Proposta da Autorizada.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA

O Termo de Autorização de Uso terá vigência no período de XXXX com término em XXXX, podendo ser rescindido a qualquer tempo pela Administração mediante simples comunicação por escrito à Autorizada.

PARÁGRAFO ÚNICO – A Autorização de Uso objeto deste Termo, terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada, no interesse da Administração, por até 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LOCAL, DIAS E HORÁRIOS

A AUTORIZADA deverá executar os serviços de acordo com as regras previstas no Edital e seus Anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O presente Termo autoriza a ocupação de espaços para a prestação do serviço de *Vending Machines* junto aos campi e reitoria da UFFS, sendo vedado o uso de outros espaços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Autorizada deverá iniciar as atividades tendentes à ocupação da área autorizada em até 20 (vinte) dias úteis contados a partir da assinatura deste Termo de Autorização de Uso

PARÁGRAFO TERCEIRO – O funcionamento deverá ser de segunda a sábado e em horários ininterruptos, devendo também funcionar em fins de semana e/ou feriados para cobrir eventos realizados pela UFFS nos *Campi e Reitoria*, conforme solicitação prévia da administração.

CLÁUSULA QUARTA: DO PAGAMENTO PARA UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Valor da Autorização de Uso e a indenização pelo uso da energia elétrica, deverão ser pagos de forma antecipada, sendo que o primeiro pagamento deverá ocorrer na data da assinatura do Termo de Autorização de Uso, mediante Guia de Recolhimento da União – GRU, e os demais até o segundo dia útil do mês corrente.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A autorizada deverá entregar mensalmente para a Universidade, os comprovantes de pagamento da Autorização de Uso dos espaços e da indenização de energia elétrica, até o segundo dia útil subsequente ao vencimento da GRU.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, **desde que justificados** e que a Universidade não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO QUARTO – A ocorrência de atraso não justificado no pagamento da fatura mensal de energia elétrica e/ou do uso do espaço, implicará na rescisão imediata da Autorização de Uso.

PARÁGRAFO QUINTO – Os pagamentos serão devidos a partir da data de início das atividades.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O valo mensal que trata a cláusula quarta será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da assinatura deste termo, pela variação do IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

São obrigações da Autorizada:

- I.** Executar, às suas expensas e utilizando EPI's qualquer serviço de adequação ou complementar necessário ao bom funcionamento das máquinas instaladas, como: instalações, abastecimento de produtos, manutenção preventiva e corretiva) e higienização.
- II.** Manter as máquinas abastecidas e em condição de uso durante o período de funcionamento da autorizatória.
- III.** Disponibilizar Serviço de Atendimento ao Consumidor para resolver a demanda do consumidor sobre informação, dúvida, reclamação e sugestão, de acordo com o Decreto n. 6.523/2008.
- IV.** Substituir máquina com defeito por outra de mesmas características, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a partir da notificação por parte da autorizatória, na impossibilidade de reparo.
- V.** Obedecer, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, com relação a todos os materiais e equipamentos a serem utilizados na execução do objeto da futura autorização.
- VI.** Responsabilizar-se pela conservação do espaço físico, instalações e equipamentos disponibilizados para exploração dos serviços objetos desta autorização.
- VII.** Fornecer bens ou utensílios necessários ao pleno funcionamento das máquinas de auto atendimento.
- VIII.** Manter nas instalações os seus equipamentos em perfeitas condições de conservação e uso até o final do último dia de prazo da autorização de uso das áreas.
- IX.** Garantir a utilização de produtos adequados, dentro de condições padrões, bem como seguir critérios higiênico-sanitários, nutricionais e de validade dos produtos ofertados, arcando com os custos referentes aos produtos vencidos ou por qualquer razão impróprios para o consumo e responsabilizando-se pela procedência, validade e condições de consumo dos alimentos dispostos nas máquinas.
- X.** Garantir as condições ideais de temperatura e validade dos produtos, de modo a não comprometer sua qualidade higiênico-sanitária.
- XI.** Controlar a qualidade dos alimentos disponibilizados para os consumidores, devendo bloquear a liberação dos produtos pela máquina caso a temperatura não esteja de acordo com a temperatura ideal determinada por órgãos fiscalizadores, considerando a legislação vigente.
- XII.** Monitorar o abastecimento das máquinas para garantir o atendimento à demanda.
- XIII.** Manter as máquinas em perfeitas condições de funcionamento, abastecimento e limpeza.

XIV. Manter em cada máquina, em local visível ao público, os preços dos produtos e o acesso ao Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da empresa.

XV. Proceder à separação dos resíduos recicláveis descartados de forma seletiva, especialmente o papel, em observância ao Decreto n. 5.940/2006.

XVI. Informar à fiscalização o nome do seu preposto com competência para manter contato e receber/transmitir comunicados ao fiscal, bem como os meios de acesso.

XVII. Restituir o espaço físico autorizado em perfeitas condições de uso, juntamente com as benfeitorias realizadas, sem direito a indenização.

XVIII. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento da autorização de uso ou em razão dele, venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar, por si ou por seus empregados, à autorizatária, ao consumidor ou a qualquer outros terceiros, eximindo-se a autorizatária de qualquer responsabilidade por dano recorrente do uso das máquinas implantadas nas suas dependências.

XIX. Obter e manter válidas todas as autorizações e licenças concedidas pelo poder público para o exercício da respectiva atividade.

XX. Comunicar ao fiscal do Termo de Autorização, por escrito, qualquer anormalidade tão logo verificada na execução do serviço, prestando os esclarecimentos necessários.

XXI. Manter, durante toda a vigência da Autorização de Uso, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, apresentando sempre que solicitado pela fiscalização, os documentos comprobatórios de regularidade fiscal.

XXII. Disponibilizar, pelo menos, as formas de pagamento em notas, moedas e cartão, com possibilidade de troco, e indicar explicitamente para os usuários quais as formas aceitas e não aceitas de pagamento.

XXIII. Apresentar à fiscalização, até o quinto dia útil do mês subsequente, relatório mensal, informando, pelo menos, o quantitativo e tipo de produtos vendidos, incidentes ocorridos e providências tomadas pela autorizatária.

XXIV. Responsabilizar-se pelos encargos oriundos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada à prestação do serviço, originariamente, ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

XXV. Apresentar ao fiscal relação contendo nome, identificação e função das pessoas autorizadas pela autorizada a realizarem abastecimentos e manutenção nas máquinas sob sua responsabilidade, mantendo-a atualizada quando ocorrer mudanças.

XXVI. Não fixar cartazes, faixas, letreiros ou outro meio qualquer de divulgação nas paredes ou divisórias das áreas autorizadas, sem prévia autorização.

XXVII. Não subcontratar os serviços discriminados nessa autorização, exceto os serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.

XXVIII. Não subautorizar, emprestar, arrendar ou ceder (total ou parcialmente) o uso do espaço autorizado a terceiros, mesmo a título precário, sob pena de incorrer em revogação da Autorização de Uso.

XXIX. Seguir as exigências sanitárias de elaboração, etiquetação e transporte dos lanches, na forma da Resolução CNNPA n. 12/78 e da Resolução – RDC ANVISA n. 216/04 (dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação).

XXX. Manter permanentemente limpa a área ocupada, bem como seu entorno, instalando recipientes apropriados para receber o lixo produzido. Os resíduos orgânicos e secos devem ser armazenados e descartados no local apropriado, indicado pela UFFS conforme normas e legislação vigente.

XXXI. Zelar pela área objeto da autorização e comunicar de imediato à Administração a sua utilização indevida por terceiros.

XXXII. Responsabilizar-se por danos causados pelos usuários aos equipamentos, bem como pela conservação técnica, mecânica e operacional dos equipamentos instalados nas dependências da UFFS, de modo a mantê-las em plena capacidade produtiva, substituindo quaisquer peças ou componentes que se tornem necessários, sem ônus adicional a contratante, mesmo que esses danos tenham sido ocasionados pelos usuários.

Quanto à higiene de equipamentos e utensílios:

XXXIII. Manter a excelência de padrões de higiene e limpeza dos equipamentos e utensílios, observando a totalidade das exigências de ordem higiênico-sanitárias.

Quanto aos alimentos:

XXXIV. Seguir todas as práticas adequadas ao preparo dos alimentos, garantindo a sanidade, a qualidade higiênico-sanitária, nutritiva e organoléptica.

XXXV. Arcar com os prejuízos sofridos pela Autorizatória ou pelos usuários das *Vending Machine*, em virtude de distúrbios orgânicos, comprovados por exames médicos.

Quanto à infraestrutura:

XXXVI. À exceção da energia elétrica, providenciar toda a infraestrutura necessária para execução do serviço, independente de fornecimento de ponto de água e esgoto quando necessário.

Quanto às normas gerais:

XXXVII. Sujeitar-se às orientações da Fiscalização da UFFS, atendendo com presteza na forma e nos prazos estipulados, prestando os esclarecimentos solicitados no que diz respeito às solicitações, inclusive possíveis reclamações, que se relacionem com o objeto desta autorização de uso.

XXXVIII. Tratar toda a comunidade universitária com presteza e urbanidade, no que diz respeito às solicitações que se relacionem com o objeto da autorização de uso.

XXXIX. Cumprir os dias e horários de funcionamento conforme estabelecido no “item 4.2.3” do Termo de Referência.

XL. Cumprir orientações, procedimentos, normas e rotinas pertinentes, não previstas neste Termo de Referência/Projeto Básico, mas que forem necessárias ser adotadas em situações de surtos, epidemias, agentes emergentes ou catástrofes.

XLI. Fornecer sempre que solicitado pela Fiscalização da UFFS, amostras de refeições e demais produtos comercializados pela Autorizada.

XLII Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as leis e normas trabalhistas no que se refere à proteção contra incêndio, prevenção e segurança do trabalho, o estatuto interno e as normas de segurança da UFFS.

XLIII. Não descumprir nenhuma regra constante neste Termo de Autorização de Uso, no Termo de Referência e no Edital da Licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA UFFS

São obrigações da UFFS:

I. Disponibilizar os locais para as Autorizadas, zelando para que estejam disponíveis para execução do serviço de “ Vending Machines”.

II. A UFFS não realizará reformas nos locais, previamente ou posteriormente à autorização.

III. Ao longo do período de vigência do Termo de Autorização de Uso, a equipe de Fiscalização poderá realizar vistorias aleatórias, sem comunicação prévia para a Autorizada, realizando inspeção quanto a qualidade sensorial dos produtos fornecidos;

IV. Em consonância com os procedimentos de fiscalização da equipe, poderá ser aplicada pesquisa de opinião entre os consumidores quanto à qualidade sensorial do alimento oferecido e sua aceitação. Caso essa seja desfavorável, a empresa será notificada e caberá a ela realizar as correções necessárias;

V. Aprovar a relação de produtos a serem comercializados;

VI. Acompanhar a manipulação dos alimentos, exigindo da Autorizada a correção na execução dos serviços, com base nos preceitos de qualidade, presteza e higiene;

VII. Emitir pareceres em todos os atos da UFFS relativos à execução do objeto da autorização.

VIII. Notificar, por escrito, a Autorizada, por quaisquer irregularidades constatadas na execução das atividades autorizadas, solicitando providências para regularização das mesmas;

IX. A ação ou omissão de fiscalização da UFFS não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da Autorizada, pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas no Termo de Autorização de Uso, nem por quaisquer danos, inclusive contra terceiros ou irregularidades constatadas.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no Termo de Autorização de Uso, a Autorizada, garantida a defesa prévia, fica sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo de outras:

I. Advertência por escrito.

II. Rescisão do Termo de Autorização de Uso.

CLÁUSULA NONA: FORO

O Foro da Justiça Federal Seção Judiciária de Chapecó será competente para dirimir dúvidas e/ou questões resultantes de interpretações e/ou execução do presente instrumento.

Chapecó, XX de XXXXXXXX de 201X

Representante legal da UFFS

AUTORIZADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

SIAPE:

Nome:

SIAPE: